

GUSTAVO VIEIRA

A DEMOCRATIZAÇÃO DA PROVA NO PROCESSO CIVIL

BASES PRINCÍPIOLÓGICAS E LIMITES
À BUSCA DA VERDADE

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth
 Revisão: Keny de Melo Souza. Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Anicle Pissinatti • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vieira, Gustavo. A democratização da prova no processo civil: bases principiológicas e limites à busca da verdade / Gustavo Vieira – Londrina, PR: Thoth, 2021.
 185 p.

Bibliografias: 171 - 185
 ISBN 978-65-86300-70-3

1. Direito probatório. 2. Processo Civil. 3. Verdade. 4. Teoria da Decisão. 5. Provas ilícitas. 6. Proporcionalidade. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

1186165

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	21

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO TELEOLÓGICA ENTRE PROVA E VERDADE E A DIMENSÃO EPISTÊMICA DO PROCESSO	29
---	----

1.1 A essência filosófica e fenomenológica da verdade: contornos semânticos e etimológicos	29
--	----

1.2 Teorias Sobre a Busca da Verdade	
--	--

1.3 A clássica e (ir)relevante dualidade: verdade real vs. verdade relativa. Ainda faz algum sentido insistir nessa categorização?	40
--	----

1.4 Da necessidade de ruptura com o velho paradigma referente à produção da prova: superando a relação “custo vs. benefício” a partir da criação de estímulos concretos	48
---	----

1.5 A existência de controvérsia e relevância como pressuposto para a produção probatória	51
---	----

1.6 Fatos que não dependem de provas	55
--	----

CAPÍTULO 2

DEMOCRATIZAÇÃO DA PROVA E DECISÃO JUDICIAL	67
--	----

2.1 O direito à prova como um direito fundamental	67
---	----

2.2 A bifurcação funcional do ônus da prova: do aspecto subjetivo ao aspecto objetivo.....	71
--	----

2.2.1 Do aspecto subjetivo do ônus da prova em termos de efetividade: relevância jurídica ou meramente psicológica?.....	73
--	----

2.2.2 Sistemas de aferição de provas, vedação à decisão-surpresa e segurança jurídica: afinal, existe momento processual oportuno para a inversão do ônus da prova?	76
---	----

2.3 Desvelando o princípio da cooperação processual.....	81
2.3.1 A linha tênue entre a cooperação processual e o ativismo judicial.....	87
2.4 Do princípio da boa-fé à vedação de conduta contraditória: o comportamento da parte como meio de prova	92
2.5 Do rompimento de paradigma: o fim do princípio do livre convencimento motivado?.....	97
2.6 Da necessidade de decisões judiciais baseadas em princípios	103

CAPÍTULO 3

LIMITES PROCESSUAIS NA BUSCA DA VERDADE.....	111
3.1 Do suposto direito de não produzir provas: o pernicioso art. 379 do CPC e sua atecnia como fruto da equivocada importação do <i>nemo tenetur se detegere</i>	111
3.2 Limites do juiz na produção de provas de ofício: a problemática do art. 370 do CPC e (de novo?) a figura do ativismo judicial.....	117
3.3 Provas ilícitas e ilegítimas: conceituação e o panorama do direito brasileiro	124
3.4 Dos polos da controvérsia acerca da limitação na busca da verdade: a ilicitude como ponto cego.....	134
3.4.1 Da bifurcação teórica acerca da (in)admissibilidade da prova ilícita: é possível a CF dar a resposta antes da pergunta?	135
3.4.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>the fruit of the poisonous tree</i>)	139
3.4.2.1 A descoberta inevitável (<i>inevitable discovery exception</i>) e a descoberta provavelmente independente (<i>hypothetical independent source rule</i>) como exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada.....	141
3.4.2.2 A teoria da exceção da boa-fé (<i>good-faith exception</i>), ou de como é possível que algo ilícito seja obtido de boa-fé.....	142
3.5 A prova ilícita à luz do princípio da proporcionalidade	145
3.6 Regras, princípios e o papel da ponderação no direito brasileiro .148	
3.6.1 Problemas decorrentes da clássica divisão metodológica: das regras aos princípios, dos <i>easy cases</i> aos <i>hard cases</i>	153
3.6.2 Nem Processo Civil, nem Processo Penal: uma proposta de diálogo integrativo para a ciência processual	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	171